



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE - FURG
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E INFORMAÇÃO - ICHI
CURSO DE HISTÓRIA - LICENCIATURA

MOVIMENTOS NEGROS DO RIO GRANDE DO SUL:
O QUILOMBISMO GAÚCHO.

Rio Grande

2021



CAROLINE ORTIZ FORTES

**MOVIMENTOS NEGROS DO RIO GRANDE DO SUL:
O Quilombismo Gaúcho.**

Artigo apresentado como requisito parcial
para obtenção do título de Licenciado em
História, pelo Curso de História -
Licenciatura da Universidade Federal do
Rio Grande - FURG.

Orientadora: Prof^a Dr^a Carmem Schiavon.

Rio Grande

2021

MOVIMENTOS NEGROS DO RIO GRANDO DO SUL: O Quilombismo Gaúcho

Caroline Ortiz Fortes¹

Dr^a Carmem Schiavon²

Resumo: O presente estudo de caso busca criar um diálogo entre as práticas dos Movimentos Sociais Negros gaúchos com o cenário quilombista desenhado pelo pesquisador e intelectual Abdias Nascimento, definindo as ações destes como um conjunto de resistências constante em meio aos projetos permanentes de branqueamento do extremo sul do Brasil. A partir da perspectiva metodológica pautada em uma revisão de bibliografia sobre os movimentos sociais negros do RS, principalmente aqueles caracterizados como: clubes sociais, sociedades mutualistas e redes associativistas. Em segundo plano, recorre-se a uma breve conceituação da teoria quilombista apresentando sua comunicação com esses movimentos insurgentes. Também, compõe-se a tentativa de desenvolver uma breve análise do discurso da branquitude modeladora da historiografia gaúcha a qual incita invisibilidade e apagamento da negritude nas documentações. A luz dessa disposição de fatos, essa investigação torna-se necessária devido ao seu investimento no fortalecimento da cultura negra através do registro dessas (re) existências presentes na população preta e empreende uma proposta de reconstrução historiográfica do povo preto e sua pertença nos pampas. Destaca-se que estudos como este fundamentam novos olhares e horizontes que conduzem a uma humanidade com direitos humanos para todos os seres humanos.

Palavras-chave: Rio Grande do Sul; Relações Étnico-raciais; Movimentos Negros; Quilombismo.

1. INTRODUÇÃO

“Até que leões inventem as suas próprias histórias, os caçadores serão sempre os heróis das narrativas da caça” – Provérbio Africano.

¹ Graduanda de História - Licenciatura da Universidade Federal do Rio Grande - FURG. Email: fortes.carolinne@gmail.com

² Professora orientadora. Possui graduação em História, Licenciatura Plena, pela Universidade Federal do Rio Grande (1995), Mestrado (1998) e Doutorado (2008) em História, pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Email: cgbschiavon@yahoo.com.br

O presente trabalho é parte das avaliações necessárias da disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso para obtenção do grau de licenciada em História Licenciatura da Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Esta pesquisa tem sua origem na discussão sobre a invisibilidade de resistências africanas no período colonial, e afirmações afro-diaspóricas na região do Sul do Brasil, que é observada como resultado da sistemática inexistência de populações negras na formação da sociedade sulista (MAESTRI apud DACANAL, 1979, p. 36), fator que baseou ideias políticas-ideológicas de diversos intelectuais, e que reverberam nas condições sociais, políticas, econômicas e culturais da população gaúcha.

De acordo com Cassiane Paixão e Marcus Spolle (2013)

“No Rio Grande do Sul, a questão racial e a participação do negro na formação da população gaúcha é polêmica. Mario Mestri Filho (1979) identificou, nas idéias dos primeiros historiadores gaúchos, um discurso “embranquecedor”, que negava a participação do negro na formação do povoamento gaúcho e fortalecia o mito de um estado formado pela etnia branca.” (PAIXÃO; SPOLLE, 2013, p. 2)

Diante desses fatos, busca-se através dessa investigação, afirmar a sua realidade (PICCOLO, 1990), sendo essa força motriz da estruturação de movimentos abolicionistas, e posteriormente no contexto pós-abolição, presentifica-se nas primeiras décadas do século XX, por meio da atuação dos diferentes grupos que consolidaram os Movimentos Sociais Negros do Rio Grande do Sul (PAIXÃO; SPOLLE, 2013).

Também tem como intuito contribuir na construção de uma narrativa de afirmação às ações, destes últimos mencionados, tecendo relações com a identidade quilombista (NASCIMENTO, 2019) construída pelo intelectual, pesquisador e ativista, estimável Abdias Nascimento, através do diagnóstico de uma resistência frente ao discurso de uma branquitude (SILVA apud MÜLLER, 2017, p. 30) gaúcha que modela a historiografia (MAESTRI, 2006), fonte primária para os apagamentos do conjunto de negritude neste contexto regional.

Diante dessas circunstâncias, convém a dedicação a esse registro, pois permitem a possibilidade de uma nova narrativa sobre a trajetória do protagonismo do Movimento Social Negro riograndense sob o horizonte da teoria quilombista

(NASCIMENTO, 2019), como fonte de uma intenção a conceber de forma perspectivista as atividades desses movimentos como (re) existências permanentes, tendo seus caminhos cruzados intimamente com o manifesto de sua inexistência e por isso inoperância, discurso utilizado pela branquitude (SILVA apud MÜLLER, 2017) gaúcha que será analisado. Assim, fortalece-se a cultura negra no Estado (PAIXÃO; SPOLLE, 2013) dentro de suas próprias e respectivas potencializações, conferindo a oportunidade de apreensão de outros processos sociais e políticos que fundamentam estas vivências.

Este local na memória que permanece negada às populações afro-diaspóricas, passa a ser palco dessas agitações, que por meio da revitalização em uma reconstrução historiográfica, constrói possíveis espaços de trânsito não mais fronteiriços pelas barreiras da ausência. Constrói-se aqui, não só uma nova história não-hegemônica, mas como uma pertença preta nos pampas.

Enquanto horizonte metodológico, podemos compreender este trabalho tal qual um estudo qualitativo pautado em uma revisão bibliográfica marcada pela análise de artigos e livros que contemplem três segmentos importantes deste trabalho: Movimentos Sociais Negros no Rio Grande do Sul, o conceito de quilombismo; e branquitude. Este estudo de caso, por meio de levantamento de dados, construiu-se em bases sólidas para o erguimento de uma compreensão abrangente das organizações negras gaúchas que valide seus investimentos nesta sociedade.

Sobre este debate, destaca-se a importância de suscitar as inquietações que direcionam esta pesquisa: há a presença de pessoas negras no Sul? Se sim, porque elas inexistem na historiografia gaúcha? E como articula-se essa (re) existência dessas pessoas nessa região? Aposta-se em uma revisão bibliográfica, que tornem perguntas como essas extintas. Estes questionamentos podem parecer óbvios, tendo em vista que o Brasil foi fundado através do suor e sangue de pessoas indígenas, africanas, e seus descendentes por meio da imposição do trabalho forçado, porém no contexto do território *do* “chimarrão” isto desloca-se da certeza.

Segue-se a busca pelas verdades, fazendo-se uma afirmativa que estas (re) existências, principalmente, aquelas práticas ambientadas na década de 30,

estruturam pontes de diálogos com a teoria Quilombista (NASCIMENTO, 2019) idealizada por Abdias Nascimento. De forma que, estas ações somente por sua existência, constituem-se um enfrentamento direto com as elites dominantes apossada da historiografia tradicional, mola propulsora de sua invisibilidade. Por fim, como um instrumento indispensável para esta feitura, nos encontramos com possíveis análises de discursos contendo como base as definições de negritude e branquitude (SILVA apud MÜLLER, 2017).

Nesse sentido, buscamos desenvolver e contribuir para as discussões propostas no campo da contra-hegemonia e insurgências de outras possibilidades de compreender o sul brasileiro.

2. DESENVOLVIMENTO

Este tema surge entre diálogos nos diversos imaginários coletivos que permeiam a existência material de um Brasil que nunca foi completamente hegemônico. Dado nítido e compreensível, a partir de uma contraversão a norma da universalidade que impera como um projeto ideológico-político das elites que insuficientemente descreve a complexa formação brasileira.

Este território, a partir de seu “descobrimento” pelos Europeus, datado nos livros como 1500, torna-se a “terra abaixo do equador” e é palco de novas experiências operacionalizadas de acordo com as novas propostas dos vencedores colonizadores. Estes, determinam e classificam hierarquicamente a sua humanidade em contraposição às sub humanidades (MUNANGA, 2003) através do seu ponto de vista.

Este passado, determina o fardo de um futuro que carregamos em nosso presente. Dessa forma, concordo com a frase presente na música “Expresso Sudamericah” do rapper e cantor Rico Dalasam, quando ele nos informa:

“Tô cheio de ser travesseiro de quem precisa jogar duro;
Sem poder saber o passado, sem poder ganhar o presente;
E ter a culpa de ser o futuro.” (Expresso Sudamericah, ANO)

Seu sentimento, enquanto uma pessoa preta no Brasil contemporâneo, pode ser alcançado por qualquer vivente que compreenda sobre as relações étnicas-raciais que consolidaram este Estado e as consequências dessa estrutura, produzida através da legalização do trabalho forçado de homens, mulheres e crianças indígenas e africanas. Constitui-se neste contexto, através da hierarquização da raça (MUNANGA, 2003), os processos históricos que conhecemos como: tráfico e a escravização de pessoas pretas.

A estrutura brasileira que surgia por estes meios interrompeu a História da África, mas por outro lado, avançou em um projeto de Estado que fundamentalmente ergueu-se e garantiu a sua continuidade com a supressão da humanidade desses indivíduos. A sociedade brasileira tal qual conhecemos hoje, é fruto deste período e sobre este fato, não há negativas e nem uma exigência em ilustrar tal como foi, mas faz-se importante que revisemos os registros sobre como a historiografia narra esses processos, em específico, no recorte geográfico da região sulista.

Tendo em vista os demais contextos regionais, em toda costa brasileira, ao instante a contar da chegada em vida dos africanos e africanas nos portos, houveram movimentos e processos de resistências devido às condições que se apresentavam. O escravismo no Rio Grande do Sul, apesar do contrato de descaso consensual entre os historiadores sulistas (MAESTRI apud DACANAL, 1979, p. 29) não foi diferente da regra.

Observa-se que nessa região, a pessoa escravizada nunca foi submissa ou alheia aos maltrato, constituindo por vezes, embates contra a própria desumanização imposta. Confirma-se este dado histórico por meio da reunião de documentos, conjunto utilizado na investigação denominada como “A Resistência Escrava no Rio Grande do Sul: Reação ou Afirmação?” (1990), da pesquisadora Helga I. L. Piccolo, professora na Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

O estranho, neste caso, é a desresponsabilidade ética com a verdade científica que conduzem a olhares duvidosos as constatações ou omissões nas diversas narrativas de historiadores gaúchos. Como demonstra Mário J. Maestri Filho (1979), existiu um contrato consensual sobre a “quase ausência da escravidão” (MAESTRI, 2006, p.14) promovendo uma fraternidade pastoril, nos processos

sobretudo com início no século XIX, para “elaboração [de] representações originais sobre a formação regional” (MAESTRI, 2006, p. 3).

Este processo político-ideológico operacionalizou com base no determinismo geográfico e racismo científico, preconizado pela hierarquização de raça, a qual o branco naturalmente era superior aos não-brancos. Sua plataforma compreendia em uma visão ufanista de uma república positivista que persiste na tese de uma “escravidão feliz” propiciada pelo clima frio (MAESTRI, 2006), garantia:

“[...] à “raça dominante” “superioridade de cultura e de aptidões” sobre as “outras”. No Sul, os “dominantes” não necessitavam “tiranizar os dominados”, pois a “sua superioridade era natural, harmoniosa em tudo”. Profundamente “generoso, o rio-grandense soube tratar os escravos [...] com muito maior brandura do que em outros pontos do Brasil.” (MAESTRI, 2006, p. 16)

Centralizou-se estas narrativas em uma unidade que compartilhava de ideias comprometedoras pautadas na criminalização e discriminação não-brancos. A interiorização de uma identidade hegemônica que negligencia pretensiosamente outras vivências, formula as condições simbólicas e materiais com fronteiras determinadas por ela, característica da branquitude (SILVA apud MÜLLER, 2017, p. 28). A única a ter a vantagem do livre trânsito de ascensão na sociedade que instaura-se por meio da dominação. E neste caso, a dominação pela raça (MUNANGA, 2003).

Com o objetivo de desestabilizar o desassossego que poderia existir em acepções criminosas como essas que desautorizam a humanidade alheia, instituída neste caso, pela historiografia gaúcha que ausenta-se de mencionar sobre a presença escravizada e a resistência negra nos pampas. Neste estudo, pretende-se registrar algumas resistências do período tocante à década de 1930 conceituando-as como quilombistas. Segundo Abdias Nascimento, ativista e visionário:

“O quilombismo se estruturava em formas associativistas que tanto podiam estar localizadas no seio das florestas de difícil acesso, que facilitava sua defesa e organização econômica-social própria, como também assumiram modelos de organização permitidos ou tolerados, frequentemente ostensivas finalidades religiosas (católicas), recreativas, beneficentes,

esportivas, culturais ou de auxílio mútuo. Não importam as aparências e os objetivos declarados: fundamentalmente, todas elas preencheram uma importante função social para a comunidade negra, desempenhando um papel relevante na sustentação da comunidade africana.” (NASCIMENTO, 2019, p. 281)

Então, o fundador conceitualiza sua valorosa teoria de movimentos sociais quilombista. Nos coloca, diante de um horizonte que não invalida os processos de afirmação negra, sejam estes quais forem. Mas sim, em evidência que em uma luta com a existência da consciência, esta força é uma manifestação quilombista.

Este princípio dialoga com as resistências insurgentes do Rio Grande do Sul em seus diversos Movimentos Sociais Negros gaúchos. Principalmente, as práticas que se iniciaram a partir de 1930, por meio da persistências de: entidades de amparo e apoio mútuo, das redes associativistas, entidades de cunho religioso, grupos carnavalescos e clubes sociais negros. Em seus interiores, persistia a recusa à aceitação da desigualdade que era imposta, havendo uma promoção de educação que possibilitasse a ascensão na sociedade (PAIXÃO; SPOLLE, 2013).

Assim, há relação com o quilombismo por meio de uma afirmativa (re) existência, tendo esta palavra em seu sentido substancial na condição de existir e por isso resistir, ou resistir para existir. Está implícito sua relação ao enfrentamento cotidiano contra os processos e mecanismos de supressão da sua identidade epistêmica, construía-se o fortalecimento de uma negritude (PAIXÃO; SPOLLE, 2013).

Busca-se, também, tornar consciente as resistências pretas dos pampas devidamente, com o intento de potencializar a documentação sobre este objeto de pesquisa, formalizando novas apreensões sobre as relações étnica-raciais dessa região. Espera-se que estas fontes possam ser utilizadas para a visualização de novas possíveis respostas das interrogações deixadas anteriormente. Conduzindo-nos para uma reformulação historiográfica que possa compreender as diversidades que compõem o território regional.

Para tal, focaliza-se esforços para desestabilizar a sistemática estratégia de invisibilidade e supressão da negritude na história gaúcha (MAESTRIN, 2006, p. 2), que legitima e consolida a dominação de poder, sob essas diversas pessoas no

contexto Extremo Sul do Sul do Brasil. Esta hierarquia permanente, baseada em pressupostos da falsa cientificidade que abarca o determinismo geográfico e o racismo científico, estabelece raças fictícias (MUNANGA, 2003, p. 2) mantendo os privilégios da branquitude. Conceituada por Priscila Elisabete da Silva (2017) como um:

“[...] construto ideológico (que) [...] implica vantagens materiais e simbólicas aos brancos em detrimento dos não brancos, tais vantagens são frutos de uma desigual distribuição de poder (político, econômico e social) e de bens materiais e simbólicos. Ela (branquitude) apresenta-se como norma, ao mesmo tempo em que uma identidade neutra, tendo prerrogativa de fazer-se presente da consciência de seu portador, quando é conveniente, isto é, quando o que está em jogo é a perda de vantagens e privilégios.” (SILVA apud MÜLLER, 2017, p. 27)

Justifica-se esta narrativa com intenção criminosa e de omissão histórica como um contrato consensual (MAESTRI apud DACANAL, 1979, p. 29) pactuado entre o grupo da branquitude dos intelectuais sulistas, firmado na negligência por meio de uma neutralidade sua, perante a reconstituição histórica do passado. Esse descaso, explica Cassiane e Marcus (2013):

“[...] o discurso da sociedade tradicional gaúcha caracterizava-se como uma construção ideológica porque era uma tentativa de tornar homogêneo o comportamento social, que estava desvinculado da sociedade real, sem qualquer preocupação com os negros recém-saídos de uma sociedade escravista. Depois da abolição, essa construção ideológica, além de esconder a relação patrimonial e de violência entre escravo e senhor, iria encobrir as relações desiguais entre brancos e negros.” (PAIXÃO; SPOLLE, 2013)

Esta premissa, evidencia que o apagamento estratégico tinha como intuito mostrar a sociedade de liberdade, a qual originou a Revolução Farroupilha, ao mesmo tempo que escondia as contradições internas. Assim, surge a hipótese que esta ausência em registro pode ter sido mecanismo utilizado para a propagação do epistemicídio e viabilizou condições possíveis para o genocídio da população negra no Sul.

Diante das documentações disponíveis na contemporaneidade, deixar que permaneça uma narrativa discriminatória e irreal como essa que confisca a existência de pessoas, desautorizando a sua humanidade, é estar imóvel ao tempo e não cumprir com a ética do profissional em História.

3. METODOLOGIA

Enquanto perspectiva metodológica, podemos compreender este trabalho tal qual uma pesquisa qualitativa que separa do organismo da História três temas substanciais para a compreensão das relações étnica-raciais no Brasil: negritude, resistência, e branquitude. Através da conexão entre esses fenômenos histórico-sociais, pode-se deslocar do passado estanque, compreensões orgânicas vivas, ricas em uma bagagem crítica, sobre os mecanismos que agenciam nosso presente.

De maneira específica, nos detemos a pensar o contexto do Rio Grande do Sul do Brasil, pois neste território se efetivou uma estratégia de propagação de uma memória que compartimenta todas as comunidades pretas em uma espécie de ausência (MAESTRI, 2006), construção ideológica-política para omitir as violências do período escravista (CASSIANE; SPOLLE, 2013).

A partir dessa perspectiva, enuncia-se novos temas a serem discutidos que sintetizem essas categorias no contexto específico regional, estes sendo: Movimento Sociais Negros do Rio Grande do Sul, quilombismo; e branquitude. Para mapear o caminho, foi necessário lançar um problema-questão: existem pessoas negras na sociedade da região Sul do Brasil? Se sim, como chegaram até aqui? Estes segmentos, para que fossem utilizados como guia para os resultados desta pesquisa, tiveram sob a preocupação de um levantamento de dados, cujo transformou-se um importante auxílio para uma interpretação sobre as discussões que persistem sobre este assunto.

4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

Este trabalho desenha-se sob muitas remessas de interrogações, que ao redor dos seguintes dados: se existem pessoas negras gaúchas, estas ascendem

do período escravista? Se sim, porque inexistem no imaginário dos “habitantes livres” (MAESTRI, 2006)? Implicitamente nestas questões, são encontrados os objetos contraditórios, ilustrados e reduzidos a sua dinâmica intertextual, concentrado em: negro - escravizado - resistência - trabalho forçado; branco - escravizador - dominação - livres.

Objetivando uma concordância entre estes termos e conceitos, com o intento de utilizá-los como ferramentas no futuro, tornou-se relevante uma nova busca na bibliografia que mantivesse essas relações, incorporando apontamentos sobre os Movimentos Sociais Negros do Rio Grande do Sul, estabeleceu-se uma comunicação com a teoria de base de resistência QUILOMBISTA (NASCIMENTO, 2019) criada pelo Abdias Nascimento e esmiuçada em seu livro “O Quilombismo: Documentos de uma Militância Pan-Africanista” (2019).

Similarmente, em vistas da obtenção de recursos científicos sobre a historiografia sulista, pensou-se a base calcada em uma reunião de artigos encontrados nos bancos de dados online: Google Acadêmico e SciELO.org, auxiliado por leituras e intervenções que habitam no livro “RS: Economia & Política” (1979) organizado por José Hildebrando Dacanal e Sergius Gonzaga.

Por fim, as lutas e enfrentamentos travadas no cotidiano do sul rio grandense congregam a massiva retomada de direitos, daqueles sujeitos que cotidianamente são desautorizados de suas humanidades. Em razão disso, organizam processos de retomada da sua posse sob corpo-território, constantemente suprimida pela hierarquização epidérmica (NASCIMENTO apud NASCIMENTO, 2019, p. 25) existente nas comunidades feitas de raças fictícias (MUNANGA, 2003, p. 6), ou seja, os vivos do Brasil.

Por isso, precisou de uma busca por uma tipologia que explicassem as composições identitárias formadoras e formadas pelas relações étnico-raciais do contexto brasileiro, e encontrou-se as categorias analíticas: negritude e branquitude (SILVA apud MÜLLER, 2017) que mediará as ideias deste trabalho.

Como resultado, entendemos que todos os Movimentos Sociais Negros do Brasil contemporâneo são netos dos quilombos, das insurreições regionais do Império, dos movimentos abolicionistas, dos clubes negros, das comunidades de

apoio mútuo, das redes associativistas, das entidades de religiosidade, das revoltas, das fugas, das diversas formas de resistências e existências. Compreender todas essas agitações, pequena parte da História Africana e Afro Diaspórica, deveria ser a norma. Pois, a História da pessoa preta não deve ser deslocada da História Oficial, visto que a primeira é constitutiva e fundamenta a última no devir histórico.

Não só isso, mas também compreende-se a necessidade de revisitar memórias norteadas por fantasias a-científicas, de forma que o componente crítico sempre coloque em evidência as contradições perpetuadas. Por meio dessa contravenção, pode-se reconstituir a historiografia com diálogos apropriados e mais próximos do passado. Busca-se assim, justiça para os crimes das visíveis ausências, reconhecimento às vítimas, e direitos humanos para seres humanos humanizados.

Podemos pensar a morte do conhecimento negro-africano no Rio Grande do Sul e a invisibilidade sistemática enquanto resultado de um projeto colonial e social que busca constantemente o branqueamento da população: quando não em carne, em memórias. Nesse sentido, mais trabalhos como este, tornam-se interessantes e necessários.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em virtude dos fatos mencionados, conclui-se que essa investigação torna-se necessária devido ao investimento na potencialização da cultura, através do registro, tendo como fio condutor um tecido promovido pelas redes de comunicações dentro das (re)existências da população preta. Os africanos da diáspora são apenas ramos e folhas de uma grande árvore que tem suas raízes para além do Atlântico Sul.

É preciso constantemente revisitar as construções históricas e institucionais, além de memórias norteadas por fantasias a-científicas, de forma que o componente crítico sempre coloque em evidência as contradições perpetuadas e que afetam o cotidiano.

Por meio dessa contravenção, pode-se reconstituir a historiografia com diálogos apropriados e mais próximos do passado. Busca-se assim, justiça para os

crimes das visíveis ausências, reconhecimento às vítimas, e direitos humanos para seres humanos humanizados.

6. REFERÊNCIAS

DECANAL, J.; GONZAGA, S. (Org.). **RS: Economia & Política**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979.

MÜLLER, T.; CARDOSO, L. (Org.). **Branquitude: Estudos sobre a identidade branca no Brasil**. 1. ed. Curitiba: Appris, 2017.

NASCIMENTO, Abdias. **O Quilombismo: Documentos de uma Militância Pan-Africanista**. 3. ed. São Paulo: Perspectiva LTDA., 2019.

SILVA, Fernanda. **Associativismo Negro Em Pelotas no Pós-Abolição: Membros dos clubes sociais negros, articulistas do A Alvorada e militantes da Frente Negra Pelotense (1933 - 1937)**. In: 5º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional, 2012.

SILVA, Fernanda. **Associativismo Negro Em Terras Sulinas: Das irmandades aos clubes para negros em Pelotas (1820 - 1943)**. v. 8, n. especial, Pelotas: Revista Thema, 2011.

MAESTRI, Mário. **História e Historiografia do Trabalhador Escravizado no Rio Grande do Sul**. v.11, n. 2, Goiânia: História Revista, jul. / dez. 2006. p. 221-250.

MUNANGA, Kabengele. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia**. In: 3º Seminário Nacional Relações Raciais e Educação, 2003, Rio de Janeiro. Anais PENESB. Rio de Janeiro: FEUFF, 2003. p. 01-17.

PAIXÃO, C.; SPOLLE, M. **Clubes Sociais Negros e os Espaços de Negritude no Rio Grande do Sul**. In: 6º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional, 2013, Santa Catarina. Anais UFSC. Santa Catarina, 2013.

PICCOLO, Helga. **A Resistência Escrava no Rio Grande do Sul: Reação ou Afirmação?**, 1990, Porto Alegre. XVI (1,2), Anais PUCRS. Porto Alegre: Estudos Ibero-Americanos, jul. e dez., 1990. p. 241-251.

RICO DALASAM. **Expresso sudamericah**. São Paulo: Altafonte, 2021. Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=QNGDYQrKDBo&ab_channel=RicoDalasam-Topic>. Acesso em 20 de mai. 2021.